



AS MULHERES INDÍGENAS NAS LUTAS CONTRA A OPRESSÃO E DOMINAÇÃO COLONIAL NO PERU (SÉCULOS XVI-XIX)

Susane Rodrigues de Oliveira

Esta comunicação se inscreve na perspectiva dos estudos pós-coloniais e feministas, com o objetivo de desvelar a participação das mulheres indígenas nas lutas contra a opressão e dominação colonial no Peru, entre os séculos XVI e XIX. Os indícios dessa participação, detectados nas crônicas coloniais e na historiografia contemporânea, possibilitam uma ruptura com os esquemas binários e hierárquicos de gênero conhecidos no ocidente, pondo em questionamento as representações que foram tomadas como evidentes e universais a respeito da atuação das mulheres indígenas na história. Nesse caminho, almejamos descortinar novos horizontes para as identidades e as atuações das mulheres em sociedade, ao romper com concepções arraigadas que se transformaram em crenças e colocaram-se como grandes obstáculos às mulheres indígenas no caminho da atuação política e na conquista da igualdade social/jurídica.

Mesmo com o fim do colonialismo formal os povos indígenas em toda a América Latina ainda são vítimas de discriminação, violência e exclusão social. No Peru, dezoito por cento da população, estimada em 25 milhões de habitantes, ainda se encontra em extrema pobreza, sendo a maioria indígenas, especialmente mulheres indígenas. Este sistema discriminatório não permite que os povos indígenas, sobretudo as mulheres, participem da vida política e econômica do país, exercendo a cidadania plena. A situação das mulheres indígenas peruanas reflete-se nos altos índices de desnutrição, na alta taxa de mortalidade e na falta de acesso aos serviços básicos de saúde. Esse sistema androcêntrico e discriminatório que se impôs, a partir do século XVI com a conquista e colonização hispânica da América, vêm negando a igualdade de oportunidades às mulheres e mais ainda às mulheres indígenas que sofrem uma tripla discriminação, por serem mulheres, pobres e indígenas.

No Peru, a luta das mulheres indígenas pela cidadania plena tem início com a chegada dos colonizadores espanhóis por volta de 1532. No entanto, a participação dessas mulheres, – seja nas resistências indígenas, nas lutas em defesa de seus direitos à terra, nas revoltas de escravos, nos confrontos bélicos e nos movimentos políticos contra a opressão/dominação colonial ou em prol da independência de seu país, – foi bastante silenciada na historiografia tradicional, de viés eurocêntrico e androcêntrico. Fundamentada na idéia de binariedade e oposição entre os sexos/gêneros esta historiografia estabeleceu ainda uma divisão universal das identidades e papéis sociais com base no sexo biológico, atrelando o feminino apenas à maternidade, ao casamento e



vida doméstica. Desse modo, a diversidade e singularidade das experiências vividas pelas mulheres indígenas na América Latina foram reduzidas à noção essencializada do “ser mulher” como sujeito frágil, inferior, emotivo, sem habilidades para a guerra, incapaz de grandes decisões e atuação política. Nessa perspectiva, as identidades de gênero estiveram também atreladas à de classe, etnia e raça, estabelecendo uma classificação hierárquica dos indivíduos em sociedade.

Como bem assinala Navarro-Swain, na maior parte da historiografia as mulheres “aparecem como o *outro dos agentes históricos*, enquanto mães ou companheiras, incapazes de um comprometimento ideológico ou político, enquanto sujeito de suas ações” (2005: 337). Esse tipo de concepção que reitera a naturalização das atribuições femininas não permite a emergência da multiplicidade nas relações humanas, marcando-as com o selo do inevitável sexo biológico e seu corolário de atribuições hierárquicas. Não permite também vislumbrar outras possibilidades de existência, uma outra história, aquela do possível, porque permanece presa a uma lógica essencialista e binária patriarcal que relaciona o masculino à história, ao político e à razão e o feminino à natureza, à sexualidade, ao materno e à emoção; instituindo os gêneros desta forma, na memória e na história, como dados axiomáticos.

Desde a eclosão dos movimentos feministas contemporâneos, a partir dos anos 1970, a Historiografia das Mulheres vem buscando preencher várias lacunas ao revelar a presença das mulheres em todos os setores da vida social. As feministas passaram assim a questionar a utilidade de uma análise que tem por objeto e sujeito uma “mulher” universal, que desconhece a variedade de experiências das mulheres de todos os quadrantes. Da mesma forma que os pós-modernos e pós-coloniais, elas buscam subverter a cultura dominante, trazendo “outras” vozes para a historiografia, aquelas que foram silenciadas e ocultadas no discurso dominante colonial, em um ato de crítica e protesto contra o androcentrismo, o colonizador e suas representações. Respeitando também o particular e o local, e por conseguinte, a multiplicidade das práticas e significados sociais, elas chamaram atenção para outras formas de ver e conceber os acontecimentos relativos ao corpo, às identidades e às relações entre os sexos na história. Nessa perspectiva, as feministas apontam para os fundamentos patriarcais do colonialismo e da historiografia moderna.

Antes da chegada dos colonizadores europeus a América configurava um amplo mosaico étnico e cultural, habitada por uma multiplicidade de povos com costumes e línguas diferentes há mais de 15 mil anos. É possível detectar em várias culturas pré-hispânicas a participação ativa e importante das mulheres nas instituições e nas atividades guerreiras.



As tradições histórias dos Incas revelam indícios de mulheres assumindo diferentes atributos e funções independentes de seu sexo biológico; este é o caso da personagem Mama Huaco que ao lado de seu irmão Manco Cápac aparece na história das origens dos Incas como guerreira conquistadora de terras e povos, responsável pela fundação do Tawantinsuyo. Essa mesma personagem foi ainda identificada como a primeira *Coya* (governadora do Tawantinsuyo), tornando-se também reverenciada como *huaca* (ancestral sacralizado). As crônicas coloniais revelam ainda que os Incas também moveram guerras contra grupos de mulheres. Na época de Topa Inca Yupanqui (1470-1493) saiu de Cuzco um exército muito poderoso de doze mil homens quéchuas que lutou em Huarmi *pucara* contra as mulheres cullacas. Este tipo de indício é extremamente importante já que aponta para a existência de mulheres guerreiras organizadas enquanto tal, que já resistiam à dominação incaica em tempos pré-hispânicos. As tradições históricas incaicas acerca da expansão da Tawantinsuyo revelam também a presença da *curaca* Chañan Cusi Coca, chefe do *ayllu* Chocosochona, que no comando de seu exército defendeu os interesses dos Incas na guerra contra os Chancas, capturando e assassinando o chefe inimigo, proporcionando assim uma das vitórias mais importantes para o estabelecimento do poderio incaico sobre os Andes. Por essa ação Chañan Cusi tornou-se uma heroína e passou a ser também reverenciada como *huaca*.

Todos estes indícios, observados nas crônicas e na historiografia, revelam que na América algumas atividades não estiveram fixadas segundo o sexo biológico. Se alguns homens puderam ser reconhecidos pelas habilidades políticas, pela força e coragem guerreira, da mesma forma algumas mulheres também puderam ser reconhecidas e até mesmo sacralizadas pelo desempenho significativo dessas funções.

Na América os espanhóis se depararam com mulheres cujos papéis e funções não se encaixavam nos padrões cristãos prescritos e naturalizados para o “sexo feminino”, na medida em que estavam na ordem do gênero “incoerente”, fugindo às normas da inteligibilidade androcêntricas prescritas para o “sexo feminino”. As indígenas criavam oportunidades críticas de expor os limites e os objetivos reguladores dessa inteligibilidade e, conseqüentemente, de disseminar, nos próprios termos dessa matriz de inteligibilidade, matrizes rivais e subversivas de desordem do gênero, pondo em questionamento a própria noção de “feminino” naturalizada e veiculada nos discursos europeus.

Os comportamentos que não se encaixavam no padrão religioso católico precisavam ser esquadrihados para melhor serem controlados, reordenados e mesmo eliminados, tendo em vista os interesses de catequização e colonização da América. No cenário da conquista, a Coroa, a Igreja



católica e as práticas colonialistas e evangelizadoras dos espanhóis instituíam gêneros e o poder hierárquico do masculino sobre o feminino: essas instituições e práticas sociais generizadas engendraram as relações de gênero e também étnicas/culturais/econômicas estabelecidas no Peru.

A colonização hispânica significou genocídio, escravidão e a imposição de uma cultura baseada na negação das crenças e costumes dos povos indígenas. No empreendimento da conquista, os colonizadores não fizeram distinção entre homens e mulheres quando se tratava de escravizar e catequizar os índios, mas os métodos repressivos eram diferentes, assim como as conseqüências que estas ações tiveram, no tratamento de mulheres e homens submetidos ao sistema colonial.

As mulheres indígenas sofreram brutalmente com a marginalização, a escravidão e a violência sexual cometida pelos colonizadores. Nesse sentido, a chegada dos europeus alterou profundamente os papéis que essas mulheres exerciam no interior de suas organizações sociais. Na região andina, muitas mulheres experimentaram a erosão das antigas tradições pré-hispânicas que haviam lhes proporcionado o acesso autônomo aos recursos materiais e um controle sobre suas próprias instituições. Apesar da grande variedade de segmentos sociais, etnias e estados civis das mulheres no período colonial, a conquista hispânica impôs a desigualdade e opressão às mulheres. Relegadas à marginalização muitas se viram despojadas de seus bens e propriedades a favor dos homens, além de perseguidas em suas tradições religiosas e excluídas de qualquer decisão político-administrativa (Silverblatt 1990: 158).

Da mesma forma que Chañan Cusi e Mama Huaco participaram ativamente nos confrontos bélicos em prol do Tawantinsuyo, as mulheres Incas na época da conquista também lutaram ativamente contra o poder espanhol. As crônicas legaram poucas notícias a respeito delas, mas a tradição oral andina preservou na memória os feitos dessas mulheres. No Peru a intervenção das mulheres pela independência começou quando ainda se iniciava a conquista espanhola a cargo de Francisco Pizarro. Elas não se rederam à ocupação espanhola e muitas pegaram em armas e lutaram pela libertação. Como exemplo, a Coya Kura Oqlo, junto de seu marido Manco Inka Yupanqui, levou adiante um plano de reconquista do Peru com um grande exército. Ela havia se encarregado de iniciar o bloqueio da cidade de Cusco a partir da Fortaleza de Sacsaywaman. Enfrentou os espanhóis nas batalhas, além dos exércitos comandados pelos seus próprios parentes aliados dos espanhóis. O conquistador Hernando Pizarro, por vingança, ordeno o assassinato de quase todas as mulheres que participaram nessa reconquista dos Incas. Kura Oqlo foi capturada e levada para Cuzco, onde Francisco Pizarro mandou matá-la a flechadas. Esta mulher foi uma das primeiras heroínas que morreram pela recuperação de suas terras e dignidade (Oliveira, 2006).



Em 1742, durante a rebelião de Juan Santos Atahualpa no Peru, apareceu um batalhão de 50 mulheres guerrilheiras ao comando de Ana de Tarma, cuja vida e trajetória são ainda desconhecidas. Estas mulheres ofereceram resistência às hostes do espanhol Benito Troncoso, nos combates travados no Rio de la sal e Nijandaris (Guardia, 1999: 186).

Em 1777 na província de Huancalíes no Peru, Juana Moreno (Idem: 186) esteve disposta a enfrentar os abusos e excessos dos encomenderos que vendiam produtos inúteis para os indígenas. Ela ajudou aprovisionando armamentos para fazer frente ao tenente corregidor General Don Domingo de la Cajiga que vinha em missão de cobrar novos tributos. Os indígenas cercaram a casa onde se alojava o chefe das milícias e Juana Moreno assassinou o tenente corregidor. Mais tarde esta rebelião foi sufocada pelas tropas espanholas.

Ventura Ccallamaquí com fervor patriótico convenceu o seu povo a sair em combate com os patriotas na luta pela independência do Peru. Ventura junto com outras mulheres solicitou somar-se à coluna de Béjar e Hurtado que avançava triunfante em direção a Huamanga. A heroína exigia apoio para a Rebelião de Cuzco, com promessas de liberdade e igualdade. Em meio a gritos de protesto e contestação enfrento o capitão espanhol José Vicente de la Moya. Mais de cem mulheres huamanguinas, em meio à pobreza, reclamaram pelo direito à liberdade e à justiça. Graças a Ventura, as tropas dos patriotas entraram triunfantes em Huamanga em 1814.

No Peru, as novas gerações aymaras e quéchuas tem mantido na memória o brilho do exemplo das guerreiras Bartolina Sisa, Gregoria Apaza e Kurusa Llave, heroínas aymaras e quéchuas. A história de Bartolisa Sisa provém de um esforço de vários estudiosos aymaristas em lançar uma nova luz ao passado daqueles(as) guerreiros(as) que estiveram nas sombras, estigmatizadas como “selvagens” e “delinqüentes” na “história oficial”. Segundo a estudiosa Marina Ari Murillo (2001), ela provinha da linhagem das Mama T’allas, mulheres com autoridade ao lado dos homens, que tinham também suas próprias divindades femininas. Eram mulheres inteligentes, laboriosas e guerreiras, contempladas com respeito dentro do pensamento aymara.

A presença dos espanhóis fez com que muitas mulheres perdessem sua autonomia, autoridade, propriedades e riquezas, elas passaram a ser tratadas com desrespeito e violência. Bartolina sabia das atrocidades que os espanhóis cometiam contra os quechuas e aymaras, transformando estes povos em escravos e exterminando populações inteiras. Mulheres destas etnias eram presas em quartos úmidos e escuros, obrigadas a fiar e tecer para os espanhóis, sem o direito de se alimenta e fazer suas necessidades. Violentadas, insultadas e depreciadas algumas destas mulheres preferiram o suicídio e a morte de seus filhos (Idem). Vendo e vivendo essa situação,



Bartolina aos 26 anos de idade levantou a bandeira da reestruturação da “Nação Quéchu Aymara” e foi considerada representante das mulheres indígenas que lutaram pela libertação (Idem).

A historiografia recente tem recuperado a presença e ação das mulheres em campos onde se pressupunha apenas a existência de homens, a partir das representações binárias de gênero que atrelam o biológico a determinadas condutas. Estes relatos informam que as comunidades não agüentavam os abusos e violências cometidos pelos espanhóis, e criaram um exército aymara de Libertação, iniciando em 1781 uma guerra libertaria contra a ocupação espanhola. Tupak Katari liderou esta guerra revolucionária que contou com a presença de muitas mulheres. Bartolina se uniu a esse exército com milhares de homens e mulheres aymaras que combateram com pedras os canhões e as armas de fogo dos espanhóis. Bartolina comandou um batalhão de homens e mulheres, demonstrando responsabilidade e capacidade de organização na resistência contra os espanhóis no Alto Peru. Tempo depois, Bartolina Sisa foi capturada, torturada e cruelmente assassinada (Idem) pelos espanhóis.

As mulheres aymaras e quechuas também participaram na rebelião de Tupak Katari, no final do século XVIII (idem). O exército de Quiswas de Chayanta, por exemplo, foi dirigido pela viúva de Thomas Katari, Kurusa Llave, que lutou valentemente até ser derrotada pelas forças de auxílio que os espanhóis receberam. Gregoria Apaza, irmã menor de Tupak Katari, e companheira de Andrés Tupak Amaru filho do Inca Tupak Amaru, dirigiu tropas femininas em várias batalhas.

Entretanto, o fim dessas mulheres foi bastante trágico e cruel. Os espanhóis não esperavam encontrar mulheres lutando contra a opressão e a libertação do jugo colonial no Peru, por isso trataram de persegui-las e puni-las publicamente. A história de Bartolina, ao lado da de Kura Oqlllo, revela o final trágico de uma mulher guerreira em mãos espanholas. Haviam cumprido 109 dias do cerco Katarista quando em 10 de julho de 1781, os espanhóis receberam reforços de Charkas. Tupak Katari foi obrigado a retirar-se e nesta ação Bartolina foi capturada pelos espanhóis. Quando ela se dirigia ao acampamento de Pampajasi, foi traída pelos seus mesmos companheiros e entregue aos espanhóis que a conduziram até Chuquiago onde foi recebida com uma chuva de pedras, insultos e golpes. Além disso, Segurola mandou lhe prender numa cadeia, na pior das celas, onde foi torturada pelos espanhóis. Em 5 de outubro eles resolveram tirar Bartolina da prisão e disfarçaram as terríveis condições em que ela se encontrava para usá-la como isca na captura de Katari, mas este plano não deu certo (Idem).

Após estes acontecimentos Katari foi capturado em 1781 e assassinado pelos espanhóis. Um ano mais tarde em 5 de setembro de 1782 os espanhóis conduziram Bartolina pelas ruas de



Chuquiago com os cabelos raspados e seu corpo nu, depois de ter sido torturada, espancada e insultada, eles a amarraram num cavalo, lhe colocaram uma coroa de espinhos e cortaram os seus seios. Logo depois a arrastaram pela praça e lhe cortaram a língua. Caída foi conduziram a chutes até a forca onde foi assassinada e esquartejada. O mesmo tratamento recebeu Gregoria Apaza que teve sua cabeça exposta em Sorata (Idem).

A violência sexual contra as mulheres indígenas foi uma das armas da colonização, usada para subjugar e humilhar as mulheres como seres inferiores aos colonizadores. A todo o momento essa violência parecia transmitir uma mensagem àquelas que ousassem romper os padrões de gênero introduzidos pelos espanhóis.

As mulheres que outrora estiveram também no centro das sociedades pré-hispânicas, participando ativamente, passaram a ser marginalizadas, tratadas pelos espanhóis como objetos de exploração. Não surpreende o fato de que as mulheres indígenas tenham enfrentado agressões, castigos, estupros e, em alguns casos, tenham sido acusadas politicamente de subversão pelo poder espanhol.

O silêncio sobre essas mulheres indígenas em boa parte da historiografia contemporânea faz da história uma narrativa binária, onde as mulheres se encontram apenas no âmbito privado reduzidas aos papéis de mãe e esposa. No entanto, os indícios da presença e ação dessas mulheres nas lutas contra a opressão e dominação colonial nos permite a construção de outras representações acerca das mulheres indígenas, para além de corpos frágeis, maternos, submissos e da divisão generizada dos papéis sociais. Permitem ainda a construção de uma história do possível, reveladora da singularidade e diversidade das experiências vividas pelas mulheres indígenas, abrindo múltiplos horizontes para a atuação das mulheres em sociedade.

BIBLIOGRAFIA

- ARI MURILLO, Marina. *Guerreras andinas: Bartolina Sisa, luchadora indígena*. Disponível em: <<http://revista.serindigena.cl/septiembre03/memoria.htm>> Acesso em: 12 jan. 2001.
- GUARDIA, Sara Beatriz. Entre el mito y la esclavitud, la mujer como sujeto histórico. In: FORGUES, Roland. *Mujer, creación y problemas de Identidad en America Latina*. Venezuela: Consejo de Publicaciones de la Universidad de los Andes, 1999.
- NAVARRO-SWAIN, Tania. Mulheres, sujeitos políticos: que diferença é esta? In: NAVARRO-SWAIN, Tania & Muniz, Diva do Couto Gontijo (orgs.) *Mulheres em ação: práticas discursivas, práticas políticas*. Santa Cararina: PUC Minas & Edit. Mulheres, 2005.
- OLIVEIRA, Susane Rodrigues de. *Por uma história do possível: o feminino e o sagrado nos discursos dos cronistas e na historiografia sobre o "Império" Inca*. 2006. 231 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília, Brasília.



SILVERBLATT, Irene. *Luna, Sol y Brujas - Gênero y clases en los Andes prehispánicos y coloniales*. Cusco: Centro de Estudios Regionales Andinos Bartolomé de Las Casas, 1990.